



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**EXTRATO DA DECISÃO MONOCRÁTICA DE Nº 2877/2025**

**PROCESSO TC Nº 2219908-1**

**APOSENTADORIA**

**INTERESSADO(s):** GILVANEIDE ALVES ROMAO

**JULGADOR SINGULAR:** CONSELHEIRO EDUARDO LYRA PORTO DE BARROS

**ATO SUBMETIDO A REGISTRO:** Portaria nº 021/2022- Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Triunfo - TRIUNFOPREV, com vigência a partir de 05/12/2022.

CONSIDERANDO que, em 05/12/2022 (data da inativação), a servidora não havia preenchido o requisito de tempo de contribuição com pedágio, exigido pelo Art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 031/2020, invocada para fundamentar a concessão do benefício,

JULGO ILEGAL o ato sob exame, negando, por consequência, o seu registro.

Determino à autoridade responsável que invalide o ato ilegal em até cinco dias contados a partir do trânsito em julgado da presente Decisão (caput do art. 7º da Resolução TC nº 22/2013).

Recife, 9 de Maio de 2025.

CONSELHEIRO EDUARDO LYRA PORTO DE BARROS